



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

EDNARA NASCIMENTO ALVES

**CAPACITISMO: UM RELATO DE ESTUDO A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS NO
TRABALHO COMO CUIDADORA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

LAJES

2021

EDNARA NASCIMENTO ALVES

CAPACITISMO: UM RELATO DE ESTUDO A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS NO
TRABALHO COMO CUIDADORA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Relato de Práticas Educativas
apresentado ao Curso de Pedagogia como
requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Gabriela Bon

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial Moacyr de Góes - CE

Alves, Ednara Nascimento.

Capacitismo: um relato de estudo a partir de experiências no trabalho como cuidadora na educação especial / Ednara Nascimento Alves. - 2021.

25 f.

Relato de experiência (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Graduação em Pedagogia a Distância. Natal, RN, 2021.

Orientadora: Profa. Dra. Gabriela Bon.

1. Capacitismo - Relato de experiência. 2. Capacitismo - Ambiente escolar - Relato de experiência. 3. Ambiente escolar - Relato de experiência. 4. Educação inclusiva - Relato de experiência. I. Bon, Gabriela. II. Título.

RN/UF/BSIQ

CDU 376

EDNARA NASCIMENTO ALVES

CAPACITISMO: UM RELATO DE ESTUDO A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS NO
TRABALHO COMO CUIDADORA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Relato de Práticas Educativas
apresentado ao Curso de Pedagogia como
requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 08/09/2021

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Gabriela Bon
Orientadora
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Prof. Dr. Alan Ricardo Costa
Membro interno
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Profa. Ma. Giovanna Barroca de Moura
Membro externo
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Dedico este trabalho aos meus pais Francisco Edilson Vieira Alves e Aldenora da Silva Nascimento Alves, por terem dado todo apoio nessa trajetória; às minhas filhas Julia Cibelle Alves Cardoso e Maria Hellena Alves Cardoso, por terem compreendido quando não pude estar presente em suas vidas; e, ao meu esposo Janilson Bezerra Cardoso, que foi capaz de suportar todos os meus momentos de estresse durante o processo. Grata pela compressão e presença de todos vocês.

AGRADECIMENTOS

É um momento incrível e muito esperado no qual me sinto muito feliz e realizada por chegar à etapa final e gostaria de agradecer primeiramente a Deus por ter concedido eu chegar a até aqui, um momento em que sempre sonhei de estar concluído uma formação.

Aos meus pais por acreditarem e darem forças para que eu estudasse e corresse atrás dos meus sonhos, a meu esposo por sempre estar ao meu lado dando forças para não desistir nos momentos de angústias, aguentou o meu estresse e lembrando sempre do meu sonho de ser pedagoga e professora.

As minhas filhas por tantas vezes ter deixado elas um pouco de lado para poder fazer meus trabalhos de faculdade, aos familiares por compreenderem a minha ausência em algumas datas comemorativas da família.

Aos amigos que me incentivaram a fazer faculdade, aos colegas de classe Alinice Silvestre, Cleber Luiz e Joaquim Azevedo, que em todos os momentos de atividades estávamos juntos, nunca soltamos a mão um do outro, sempre incentivando dando forças para não desistimos e chegamos até aqui sempre juntos.

Agradeço também a Escola Municipal Manoel Alves Bezerra a qual tive uma grande experiência de trabalhar como cuidadora de crianças com deficiência, a orientadora Gabriela Bon por ter me acompanhado nesse momento de construção do TCC, enfim agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuiu para que eu pudesse chegar até esse momento importante de estar me formando em Pedagogia na modalidade de ensino EaD pela universidade Federal do Rio Grande Do Norte (UFRN), meu muito obrigada a todos que direta ou indiretamente fizeram parte dessa minha trajetória.

A educação, qualquer que seja ela, é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática.

Paulo Freire

RESUMO

Esta pesquisa enfocará questões relativas à Educação Inclusiva e à Acessibilidade a partir da visão de uma cuidadora de crianças com deficiência na Educação Infantil. Neste sentido, traz uma relação entre as reflexões teóricas desenvolvidas na universidade sobre o capacitismo e a prática escolar. Com isso, a pesquisa buscou analisar algumas ações que envolvem o capacitismo dentro do espaço de sala de aula, bem como descrever as políticas públicas que acompanham a Educação Inclusiva no Brasil para, por fim, identificar os principais desafios e barreiras enfrentadas pelo professor no trabalho com crianças com deficiência. Sobre o procedimento metodológico, o estudo se baseou na pesquisa bibliográfica e normativa: o primeiro momento buscou compreender na literatura as diferentes abordagens sobre a Educação Inclusiva, o capacitismo e o papel do professor, além do mais analisa os documentos legislativos implantados ao longo da história. O segundo momento teve um rumo voltado para observações feitas durante o período de atuação como cuidadora de aluno com necessidades educacionais especiais. Por fim, com a realização desse trabalho, foi possível identificar que mesmo com toda garantia legal ainda é possível encontrar dentro do espaço escolar barreiras que distancia a inclusão do aluno com deficiência. Outro ponto discutido está relacionado às ações capacitistas que comumente podem ser identificadas no cotidiano escolar em simples práticas, como também os desafios que o professor se depara como a falta de formação específica e o apoio pedagógico para garantir o ensino de qualidade.

Palavras-chave: Capacitismo. Educação Inclusiva. Papel do Professor.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
O capacitismo e o paradoxo da Educação Inclusiva.....	11
O combate ao capacitismo no ambiente escolar.....	16
2 METODOLOGIA E ANÁLISE.....	19
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
5 REFERÊNCIAS.....	25

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa enfoca questões relativas à Educação Inclusiva e à acessibilidade a partir da visão de uma cuidadora de crianças com deficiência na Educação Infantil. Neste sentido, traz uma relação entre as reflexões teóricas desenvolvidas na universidade sobre o capacitismo e a prática escolar. Ademais, condensa também algumas reflexões pontuais feitas através de observações sobre o espaço de ensino, a metodologia utilizada pelo professor durante suas aulas e as práticas inclusivas desenvolvidas.

Nesse contexto, entre a teoria e a prática, buscamos ressaltar nas situações que vivenciamos o capacitismo, que é uma forma de preconceito direcionado às pessoas com deficiência e que está enraizada na nossa sociedade. Por isso, é um tema em destaque nos dias de hoje e, como bem sabe-se, a Educação Inclusiva tem sido motivo de grandes debates ao longo da história do sistema educacional brasileiro. Desta forma, também buscamos dar destaque para as discussões mais atuais sobre o tema, enfatizando algumas lutas e conquistas legislativas.

A partir dessa compreensão, esta pesquisa buscou analisar algumas ações que envolvem o capacitismo dentro do espaço de sala de aula, bem como descrever as políticas públicas que acompanham a Educação Inclusiva no Brasil para, por fim, identificar os principais desafios e barreiras enfrentadas pelo professor no trabalho com crianças com deficiência.

A escolha pela temática justifica-se por interesse pessoal e acadêmico sobre a experiência de atuar e observar o desenvolvimento de atividades pedagógicas na educação especial. Assim, tal momento proporcionou a confirmação sobre o exercício da futura profissão, e, no âmbito acadêmico, trouxe significativo aprendizado para contribuir com esse estudo na literatura sobre a temática. No âmbito social, justifica-se pela necessidade e constante atualização de informações na busca de promover sempre a perspectiva inclusiva que mesmo com todos avanços no sistema educacional ainda é fragmentada devido as barreiras de aprendizagem ainda presente.

Além dessa parte introdutória, o trabalho está dividido em mais 3 seções. A primeira é destinada ao referencial teórico descrevendo marcos teóricos e políticas públicas na Educação Inclusiva, concepções sobre o capacitismo e o papel do professor neste contexto. A segunda seção relata os procedimentos metodológicos

desenvolvidos para a pesquisa e a discussão sobre as observações feitas durante o período de experiência como cuidadora. Por fim, a última seção destina-se às considerações finais na perspectiva de alcançar os objetivos propostos.

O capacitismo e o paradoxo da Educação Inclusiva

Vale discutir, inicialmente, que a inclusão escolar só acontece quando existe um processo de adequação das escolas para que todos os alunos possam receber a educação com qualidade, sem distinções discriminatórias de qualquer natureza. Por isso, a inclusão tem sido potencializada com objetivo de reduzir os prejuízos de práticas excludentes marcada em sua trajetória. Assim, de acordo com Strack (2008) a inclusão educacional é a garantia de acesso escolar, quando acontece a valorização e o das diferenças, principalmente, respeitando as necessidades de cada um, através de um ensino de qualidade. Colaborando com essa afirmativa, os autores Barreto e Reis reforçam que “o reconhecimento dessas diferenças tem sido fortemente respaldado por documentos legais que têm direcionado ao reconhecimento e à valorização dos direitos humanos em todas as suas dimensões” (BARRETO; REIS, 2011).

Ao longo da sua história, a Educação Inclusiva tem sido motivo de inúmeros debates e estudos. Assim, alguns marcos históricos contribuíram de forma significativa nessa luta por direito e acesso à educação com qualidade no ensino regular. Desde a Declaração de Salamanca em 1994 (UNESCO, 1994, *online*) durante a Conferência Mundial de Educação Especial realizada na Espanha, que existe um compromisso das nações com a inclusão de pessoas com deficiência no sistema de ensino regular. Segundo Barreto e Reis, foi a partir da conferência que:

[...] tem-se disseminado os conceitos de inclusão e de Educação Inclusiva, evidenciando uma preocupação com todos aqueles que se encontram excluídos do processo educacional (BARRETO; REIS, 2011, p. 25).

Autores como Mantoan (2006) apontam que dentro do espaço escolar não se pode permitir que algumas pessoas ignorem o que se passa ao seu redor ou até mesmo finjam que as mudanças no sistema de ensino não estão acontecendo. Além disso, jamais podemos marginalizar alguém por conta de suas diferenças, uma vez que isso impacta de maneira direta na formação do aluno.

Por tudo isso, a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral (MANTUAN, 2006, p. 19).

Para fazermos um breve relato histórico das principais políticas públicas relativas à Educação Especial, iniciaremos com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, que define os parâmetros e deveres do Estado em relação à garantia da Educação como “direito público subjetivo” (BRASIL, 1988, *online*), ou seja, diz que Educação é um direito universal do brasileiro, mas que deve ser individualizado para atender às necessidades de cada cidadão. Além deste documento, no decorrer da história, o aluno que possui alguma necessidade especial de atendimento educacional é protegido pela Lei nº 7.853/89, que define o “Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiência e sua Integração Social” e visava assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive do direito à educação. (BRASIL, 1989, *online*).

Nesse contexto, esses propósitos são reafirmados com a implantação de uma das maiores leis que rege o sistema educacional brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, que dispõe sobre a implantação de práticas inclusivas no ensino regular, conforme referido em seu artigo 59:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; [...] (BRASIL, 1996, *online*).

Outro marco legislativo a ser destacado é a resolução CNE/CEB Nº 2, DE 11 de setembro de 2001, que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, e que discorre sobre da Educação Inclusiva e, no seu Art. 2º, afirma que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001, *online*).

Outro marco inclusivo na legislação do sistema educacional foi a lei de n. 13.146 em 2015, conhecida como a Lei brasileira de inclusão (LBI), o antigo Estatuto da Pessoa com Deficiência. Com isso, importantes transformações para assegurar,

promover condições de igualdade e institui direitos fundamentais como educação. (BRASIL, 2015, *online*).

É importante discutir as leis e regulamentações que fortalecem a garantia educacional, principalmente para as pessoas com deficiência dentro das escolas de ensino regular. Por outro lado, Sasaki (2006) traz uma conceituação mais abrangente sobre o processo de inclusão ao estendê-lo para a questão social mais geral:

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meio de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também da própria pessoa com necessidades especiais (SASSAKI, 2006, p. 40).

Antes da abordagem do conceito “capacitismo” é preciso esclarecer que esse termo na língua portuguesa é recente e não existe sua inclusão em termos normativos, porém pode-se ver através da Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência, uma orientação importantíssima no que tange à Educação Inclusiva, descrevendo sobre ações discriminatórias devem ser encaradas como violações de direitos.

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas. (BRASIL, 2015, *online*).

Dessa forma, pode-se definir que o capacitismo se dá na forma como são tratadas as pessoas com deficiência, isto é, a discriminação que as faz serem vistas como incapazes, é nesse contexto que as barreiras educacionais afetam no processo de inclusão no Brasil e no mundo. De acordo com Vendramin (2019), muitas vezes o capacitismo está presente em situações familiares e tendem a não ser percebidas ou questionadas e se materializam em algumas atitudes ou pensamentos tidos até mesmo com inclusivos. No entanto, ao não se valorizar a potencialidade da pessoa com deficiência e ao tratá-la como mais frágil e especial, podem ter o efeito inverso e

se tornarem ações altamente capacitistas na medida em que superprotegem e tendem a excluir do convívio geral a pessoa com deficiência.

Contudo, é preciso que os educadores tenham um pensamento consciente sobre o que é realmente a Acessibilidade Universal e quais são as barreiras para a Inclusão social das pessoas com deficiência nos espaços escolares. Só assim, passaremos a refletir sobre nossos comportamentos capacitistas, pois esta barreira atitudinal é a que está mais presente em nosso dia a dia. Vendramin ainda nos alerta que “quando o capacitismo é óbvio e visível, ele declara uma outra coisa, ele mostra o quanto esse preconceito ainda é naturalizado como se fosse aceitável ou inevitável (VENDRAMIN, 2019, p. 18). Esta naturalização nos faz focar na deficiência e não na pessoa. Isso limita nossa percepção e desvia nossa atenção sobre o fato de que estamos discriminando a pessoa por sua condição, uma vez que não estamos potencializando as suas capacidades individuais e estamos apenas direcionarmos nossos esforços apenas para equipará-la ao grupo considerado normal.

Podemos observar que o capacitismo é uma forma de preconceito, de discriminação contra a pessoa com deficiência, faz parte da sociedade e envolve as capacidades que uma pessoa possui ou não. No caso da pessoa com deficiência, o imaginário traz à tona que essas pessoas não são capazes simplesmente por terem uma deficiência. (MARCHESAN; CARPENEDO, 2021, p. 50).

De acordo com Moreda (2021), podemos entender melhor o conceito de Capacitismo na vida prática, quando são enfatizadas as questões relativas à deficiência e não à pessoa em si, tratando-as como incapazes. Destacamos ainda as situações que ignoram a necessidade de eliminação das barreiras físicas que impedem o pleno exercício de alguma atividade de forma independente e enfocamos na capacidade de superação individual e, ainda, tratamos a pessoa com deficiência como uma guerreira a ser glorificada pelos seus esforços exclusivamente meritocráticos.

É válida a discussão sobre a forma como alguns professores desenvolvem estratégias que visam incluir as crianças com deficiência, mas apenas as colocam para fazer uma atividade em separado. O capacitismo está aí, enquanto as demais crianças da turma estão desenvolvendo outra tarefa, esse procedimento contribui para a exclusão, fazendo com que o aluno trabalhe na maior parte das vezes com atividades isoladas em relação àquelas executadas pelo restante da turma. Sobre esse tipo de prática, Mantoan (2006, p. 18) descreve que “Por meio dessas válvulas

de escape, continuamos a discriminar os alunos que não damos conta de ensinar. ” Ou seja, estar dentro da sala de aula e não participar das atividades não contribui em nada para a inclusão destas crianças e faz com que as demais as vejam com incapazes de fazer parte do grupo dos considerados normais. Este tipo de atitude apenas reforça o que nos diz Marchesan e Carpenedo (2021), ao afirmarem que o capacitismo faz alusão a uma opinião desfavorável sobre a pessoa com deficiência, sendo essa opinião antecipada sobre a qualidade e característica da pessoa com deficiência, precipitadamente sendo vista como alguém sem capacidade de ter autonomia.

Um acontecimento recente que merece destaque nas políticas voltadas à Educação Especial foi a publicação, em 30 de setembro de 2020, da Política Nacional de Educação Especial, Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (BRASIL, 2020, *online*) que substituiu o Decreto nº 10.502, que havia sido publicado em 2015. A nova Política Nacional de Educação Especial ampliou a possibilidade do atendimento especializado e também incentiva a criação de novos ambientes restritos ao atendimento de crianças com deficiência. Inicialmente, esse decreto pode parecer um avanço, dando a possibilidade de a família escolher o local onde o aluno pode estudar. Por outro lado, é perceptível a prática capacitista que segrega a criança com deficiência e à mantém isolada espacialmente das demais crianças, pois permite a sua retirada total do ensino regular. Cabe destacar que este decreto atualmente está sofrendo uma Ação Direta de Inconstitucionalidade¹, pois muitas entidades o consideram como um retrocesso em relação às políticas anteriores. Enfatizamos que esta preocupação com retrocessos e acirramento de discriminações é muito pertinente pois, mesmo em pleno século XXI, muitos alunos ainda são marginalizados por sua condição de pobreza, por sua etnia, por suas condições intelectuais ou físicas ou, ainda, por seus diferentes ritmos de aprendizagem. Seja qual for o motivo da segregação, estes alunos costumam ser prejudicados na sua trajetória educacional, seja pelas rotulações preconceituosas de qualquer natureza, seja por reprovações sucessivas e sem qualquer possibilidade de intervenção de outros profissionais capacitados.

¹ ADI 6590, disponível em <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6036507>

Nesse contexto, na maioria das vezes, essas diferenças do aluno são vistas pelo corpo de ensino como entrave e não como uma possibilidade de aprendizagem do aluno dentro do espaço escolar. Por isso,

[...] as proposições anticapacitistas no âmbito escolar, seguem um caminho desde o planejamento das ações didático-pedagógicas direta com os estudantes, a partir das considerações de seus corpos e suas relações que se apresentam na escola. Esta dinâmica nos dá elementos para compreender seus afetos, sua cognição, seus percursos psicomotores, relações sociais, cultura e experiências de letramento social. Isso compreendido e considerado na promoção de uma metodologia inclusiva que visa comportar ações que alcançarão a cada um e ao coletivo ao mesmo tempo. (GESSER; BÖCK; LOPES, 2020, p. 182).

Nesse sentido, concordamos com os autores e acrescentamos ainda que a escola em nosso país, por sua vez, tem a obrigação legal de garantir o acesso escolar e a sua proposta de ensino tem que estar voltado para propostas inclusiva e um pensamento anticapacitista. Este pensamento deve estar baseado na valorização das diferenças dos alunos como um atributo e não como um obstáculo, no reconhecimento da diversidade humana, pela sua importância e na quebra de paradigmas, possibilitando reais oportunidades de construção do conhecimento, onde as diferenças são respeitadas.

O combate ao capacitismo no ambiente escolar

Inicialmente, é importante pontuar sobre o papel do professor independente da modalidade de ensino que ele está inserido, pois cada uma possui sua intensidade e cada característica precisa ser observada considerando as habilidades e limitações de todos dentro do espaço de ensino, para que assim, possa desenvolver uma prática pedagógica eficaz alcançando o ensino aprendizagem de forma exitosa. Nesse contexto, o professor tem o papel de enxergar cada aluno, seu potencial e assim desenvolver suas didáticas, não só na educação especial, mas nas outras modalidades, onde as limitações devem ser reconhecidas e as diferenças devem ser respeitadas e valorizadas conforme já foi discutido.

O educador se depara com inúmeros desafios dentro do espaço escolar que precisam ser transmitidos de forma significativa garantindo a aprendizagem. A Educação Inclusiva, por sua vez, é um desses desafios diários que o professor se depara em seu cotidiano. É importante deixar claro que, não existe fórmula específica para ser usada, ou até mesmo um método único que o docente possa seguir. No

entanto, segundo Mantoan, a maioria dos professores tem dificuldade em lidar com a diferença e sala de aula pois possuem “(...) uma visão funcional do ensino e tudo o que ameaça romper o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas salas de aula é inicialmente rejeitado” (MANTOAN, 2006, p. 44).

Quando se trata de inclusão, alguns professores ainda possui um pensamento ultrapassado, quando pensam que o processo de inclusão educacional está associado à presença do aluno com deficiência no espaço regular, na concepção de que uma vez matriculados estaria sendo garantido a inclusão. Porém, como já discutido anteriormente, a inclusão é um processo de aceitação, de respeito e de valorização da diversidade humana. Conforme nos afirma “[...] a idéia de inclusão educacional pressupõe a melhoria da resposta educativa da escola para todos, em qualquer das ofertas educacionais” (CARVALHO, 2005, p. 29). Assim, o papel do professor, principalmente para o exercício na Educação Inclusiva, pressupõe uma capacitação adequada, atenção e esforço para desenvolver suas práticas pedagógicas, tornando-se necessária uma mudança de conceito e atitudes nos processos pedagógicos para poder oferecer uma educação de qualidade. Na mesma direção, Mantoan nos explica que “Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis” (MANTOAN, 2006, p. 43).

A partir disso, podemos dizer que, quando não tem uma formação específica para atender um aluno com deficiência, o professor sente medo de não conseguir encontrar uma metodologia adequada para desenvolver dentro de sala de aula e, em alguns casos, não consegue desenvolver um ensino de qualidade para toda turma. Por isso, é essencial uma formação específica para garantir o ensino de qualidade e principalmente para desenvolver práticas inclusivas no dia a dia escolar diante das diversas situações proporcionadas dentro dos muros escolares. Sobre essa perspectiva, Capellin e Rodrigues reforçam que “Os professores podem se julgar até incapazes, já que ensinar crianças com necessidades especiais é uma tarefa para especialistas em educação especial” (CAPELLIN; RODRIGUES, 2009, p. 357),

Colaborando com a discussão, Mantoan (2006) nos alerta que os professores do ensino regular, quando se deparam com um aluno com deficiência, podem vir a lançar mão de práticas capacitistas por não se sentirem preparado para desenvolver um aprendizado significativo e efetivo com este aluno, uma vez que:

Os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para lidar com as diferenças em sala de aula, especialmente para atender alunos com deficiência, pois seus colegas especializados sempre se distinguiram por realizar apenas esse atendimento e exageram na sua capacidade de fazê-lo aos olhos de todos. (MANTOAN, 2006, p. 17)

Nesta mesma direção, é importante salientar a necessidade de um maior enfoque na formação inicial de futuros pedagogos, por mais que seja promovida a inclusão no espaço de ensino, algumas cadeiras na faculdade têm apenas um componente curricular voltado para Educação Inclusiva e em alguns momentos não há tempo ou não são tratados pontos importantes sobre o processo de inclusão para a formação de futuros profissionais. Com isso, na formação continuada é o momento de aprendizagem mais específica, contudo, ainda necessita de uma abordagem mais focada no processo inclusivo e por isso vem surgindo diferentes pós-graduações para atender a área solicitada.

Existe uma grande insegurança dos educadores em relação ao ensinar alunos portadores de deficiência, alguns estudos mostram que os cursos de formação voltados para os educadores precisam ser modificados, uma vez que mesmo pós-graduados no assunto, os educadores possuem diversas dificuldades dentro de sala de aula. (OLIVEIRA, 2020, p. 33)

Finalizando o debate Silva e Arruda (2014) ressaltam que a maior preocupação do professor nesse momento é a insegurança em relação à sua inexperiência, pois no período de formação aprendeu apenas a lidar com a teoria e não teve oportunidade para desenvolver práticas pedagógicas diretamente com alunos com deficiência.

A formação do educador deve ser um processo contínuo, principalmente na perspectiva inclusiva em que as diferenças devem ser vistas como oportunidade de aprendizagem, fazendo com que o educador busque analisar e avaliar suas práticas pedagógicas para garantir um ensino de qualidade. Assim, Oliveira também resalta que “Os professores precisam estar em formação durante toda a sua carreira, aprendendo novas formas de ensinar e acolher os alunos” (OLIVEIRA, 2020, p. 32).

Levando em consideração a questão do capacitismo, tal prática acontece não porque o professor não seja preparado para atuar na educação especial, mas sim porque lhe falta suporte para desenvolver seu trabalho em sala ou até mesmo para executar metodologias que extraia a potencialidade do aluno. Nesse contexto, os educadores precisam sempre contar com apoio e ajuda de caráter permanente, como

formação continuada e acesso e disponibilidades de materiais pedagógicos para desenvolver ações eficazes no dia a dia escolar.

Diante do que já foi discutido até aqui, cabe então ao professor - enquanto mediador do processo de inclusão promover um ensino sem discriminação, já que quanto se refere-se a inclusão - não voltamos os olhares somente para os alunos com deficiência e sim para toda escola em geral, pois é nela que a inclusão da diversidade acontece. Sendo assim, “o professor precisa, assim, saber lidar com as limitações com que é geralmente confrontado no âmbito da escola, procurando maneiras que visem melhorias no ensino” (CAPELLIN; RODRIGUES, 2009, p. 359).

Portanto, mesmo com todas as conquistas e os avanços legislativos que garantem o acesso à educação, o processo inclusivo é um desafio presente no sistema educacional, de acordo com Silva e Arruda (2014) ainda é possível ver uma certa resistência das escolas ao receber alunos que necessite de atendimento educacional especial devido à falta de experiência dos professores. Por fim, “Embora o professor não seja o único responsável pela inclusão do aluno com deficiência, o papel do professor é um dos pilares centrais no processo de inclusão do aluno” (OLIVEIRA, 2020, p. 9).

2 METODOLOGIA E ANÁLISE

A estruturação da metodologia vai de encontro a alcançar o objetivo. A metodologia do presente estudo é pautada na pesquisa bibliográfica e normativa que, segundo Gil (2008) é um tipo de pesquisa baseada em materiais já publicados como Livros, Periódicos, Teses, Dissertações, Artigos, entre outros materiais disponíveis. Lakatos e Marconi (2005, p. 158) definem como “[...] um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”.

O início da coleta de dados aconteceu em dois momentos, inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico acerca da temática em livros, revistas eletrônicas, documentos, leis, entre outros, fazendo um apanhando de análise rigorosa, tendo como palavras chaves: Educação Inclusiva; Capacitismo; Políticas de inclusão; o papel do professor na educação especial.

O segundo momento foi dedicado para descrever, através de relato questões pontuais sobre o período de experiência como cuidadora na educação especial

trazendo considerações significativas envolvendo o processo de inclusão e a prática sobre o capacitismo dentro do espaço de ensino.

Portanto, o caminho metodológico é de cunho qualitativo, tendo como base a pesquisa descritiva e exploratória; a primeira, segundo Gil (2008) visa descrever e analisar de forma mais detalhada os acontecimentos, enquanto a segunda respectivamente, busca explorar um problema e levantar informações mais precisas do que foi investigado.

O *locus* da experiência foi uma escola da Educação Básica do distrito de Mulungu, Zona Rural do município de Pendências/RN. A escola possui um espaço amplo e com rampas de acessibilidade, cinco salas de aulas grandes e ventiladas, refeitório, secretaria, um banheiro para funcionário e dois banheiros voltados para os alunos e um grande pátio para eventos escolares.

Assim, a primeira experiência com a inclusão escolar aconteceu no ano de 2018, desempenhando a função de cuidadora. Durante esse período de trabalho foi possível observar o processo de inclusão e como o professor desempenha seu papel. Em um processo rotineiro, foi possível notar que a criança com deficiência da escola ao chegar no espaço de ensino, durante as aulas, ficava em canto específico da sala, sendo de preferência do próprio aluno, mas não participava das aulas, pois o professor responsável não tinha orientação específica para desenvolver metodologias que possibilitasse a aprendizagem da criança. Assim, esse relato vai de encontro às palavras de Oliveira (2020), quando o autor descreve que o professor da classe comum tem capacidade insuficiente para desenvolver práticas pedagógicas inclusivas frente a situações adversas que enfrentará na sala de aula.

Por isso, torna-se essencial o papel do professor nas tomadas de decisões, principalmente para desenvolver suas ações dentro de sala de aula conforme pode ser visto abaixo:

[...] o professor tem um papel decisivo, ou seja, as dificuldades de aprendizagem estão intimamente ligadas com as decisões tomadas pelo professor, com as atividades que ele propõe, com os recursos utilizados e com a organização da sala de aula. (CAPELLIN; RODRIGUES, 2009, p. 359).

O período de experiência do ano de 2018 a 2020 serviu para fundamentar os pensamentos sobre o exercício da futura profissão de educadora, como também levantou várias problemáticas como: Será possível mudar essa realidade?

Acreditamos que mesmo com todo o desenvolvimento do conceito de inclusão, a perspectiva sobre a educação especial é um desafio que é superado de forma gradativa. A escola, cada vez mais, precisa ter uma prática voltada para a aprendizagem de cada aluno e não os segregar a partir de suas diferenças em contraste com o que é considerado normal. Como foi visto nas abordagens de Vendramim (2019), Moreda (2021), Marchesan e Carpenedo (2021), que nos sinalizam que o capacitismo pode acontecer em simples atitudes seja, do professor ao fazer uma atividade específica sem antes buscar saber sobre a especificidade do aluno, seja pela falsa noção de que fazer parte de uma atividade coletiva é suficiente. Lembramos que a participação em atividades grupais que não levem em consideração a capacidade colaborativa real de cada aluno poderá ter o efeito inverso e contribuir para a exclusão. Lembramos que estas práticas, constantemente presentes no cotidiano escolar, são justamente o que Mantoan (2006) chama de válvula de escape que impulsiona a prática discriminatória. Ademais, observa-se fortemente prática capacitista, quando o professor subentendia que seu aprendizado não era importante, corroborando com o que afirma Vendramin ao dizer que “Capacitismo é a leitura que se faz a respeito de pessoas com deficiência, assumindo que a condição corporal destas é algo que, naturalmente, as define como menos capazes” (VENDRAMIN, 2019, p. 16).

As ações capacitista estão intimamente ligadas às barreiras atitudinais, como no pensamento sobre a potencialidade do aluno com deficiência, na falta de acessibilidade, na visão de que a deficiência é algo a ser corrigido ou adaptado e uma das mais frequentes a infantilização. Assim, podemos essa barreira refere-se “[...] a atitudes ou comportamentos que impedem ou prejudicam a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (MELLO; CABISTANI, 2019, p. 124). Desta forma, podemos dizer que em nossa prática, presenciamos diversas atitudes e comportamentos preconceituosos ou até mesmo discriminatórios que impediram o convívio, acesso e a aceitação de pessoas com deficiência na sociedade.

Diante isto, fica claro que a inclusão de fato não estava acontecendo, a criança apenas frequentava a escola, mas não havia um planejamento adequado para desenvolver o aprendizado dela, contrariando o que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pois ela prevê desde 1996, que se implementem práticas inclusivas no ensino regular. Além disso, as práticas da escola em análise iam de encontro com o

Estatuto da Pessoa com Deficiência, o qual promove o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais do aluno com deficiência. Por fim, constatou-se que o que mais influenciava na escola observada para a reforço dessa barreira atitudinal, foi a falta de preparo do professor do ensino regular, pois existia uma carência em sua prática pedagógica e em relação ao trabalho com o aluno com deficiência. Destacam-se nessa observação, as dificuldades do professor em adaptar as atividades realizadas em sala de aula, considerando o processo de aprender de forma coletiva, sem a valoração das características individuais do aluno incluído.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha por esse tema de pesquisa surgiu através do período vivenciado no exercício como cuidadora na Educação Especial, as observações motivadas pela dificuldade que a escola comum e seus profissionais apresentam no cotidiano em sala de aula, ao trabalhar com a inclusão. A partir do exposto, foi possível perceber que a discussão sobre um modelo inclusivo na educação exige uma profunda transformação no currículo e na proposta escolar, pois, segundo Moreda (2021) mesmo que esses temas de inclusão sejam amparados por lei, vivemos em sociedade bastante preconceituosa que dificulta o desenvolvimento dessa perspectiva inclusiva conforme também pode ser vista pelas palavras dos autores Gesser, Böck e Lopes:

[...] leis atuais asseguram a possibilidade de mudança, rompendo com as barreiras pragmáticas que obstaculizam novas performances institucionais que absorvam o corpo incomparável e a liberdade de experimentar uma vida passível de ser vivida. Esse destaca-se como o grande avanço legal até então, onde pode-se mediante a lei, pensar novas possibilidades de fazer no campo da Educação Especial (GESSER; BÖCK; LOPES, 2020, p. 182).

Por isso, antes de começar executar atividades que visem a inclusão, é preciso que a escola e o professor tenham em mente as habilidades que possuem, respeitando o ritmo de cada um e, somente depois dessa análise de potencialidades, é que os planos e as estratégias devem ser desenvolvidos. Com esse pensamento Capellin e Rodrigues nos dizem que a “perspectiva da inclusão implica em mudanças nos currículos, nas formas de avaliação, na formação de gestores e funcionários da escola, na formação dos professores e na implantação de uma política educacional mais democrática [...]” (CAPELLIN; RODRIGUES, 2009, p. 357).

Assim concordamos com Sampaio e Sampaio (2009, p.44-45) ao afirmarem que, por mais que o professor tenha uma proposta inclusiva, ele não vai conseguir incluir sozinho, pois é necessário a participação de todos, uma inovação e esforço que impacte na atualização e reestruturação das condições atuais da maioria das escolas brasileiras. É necessário fazer uma reestruturação profunda que envolve desde a formação dos professores, até a resignificação das práticas cotidianas, não bastando apenas inserir o aluno dentro do ensino regular sem que haja uma transformação profunda na dinâmica dos processos de ensino-aprendizagem.

Através das observações foi possível ver que os principais desafios que o professor encontra em desenvolver práticas inclusivas estão associados à falta de apoio, seja ela expressa pela falta de formação continuada ou de apoio pedagógico, seja pela escassez de materiais adequados para fomentar as potencialidades dos alunos. Além do investimento em infraestrutura escolar o que mais necessitamos são professores preparados e profissionais de apoio inseridos diretamente em sala de aula, para garantir uma aprendizagem efetiva ao aluno. Embora o professor do ensino regular tenha a intenção em desenvolver um trabalho inclusivo, lhe falta tempo, para garantir que toda a turma seja atendida adequadamente, haja vista que muitas vezes é necessário mais de um planejamento para atender toda a turma, além de cuidados específicos de acordo com a condição do aluno. Assim, para que as crianças tenham um atendimento de acordo com as suas necessidades, precisamos de profissionais qualificados e muito capacitados para atender cada aluno dentro de sua necessidade.

Assim, defendemos que dentro do espaço de ensino é preciso adotar uma postura anticapacitista, buscando valorizar as potencialidades e habilidades dos alunos. Estas atitudes são o suporte para que tenhamos no futuro uma mudança atitudinal e programática em nossa sociedade. Desta forma, pode-se concluir que para a efetivação do processo de inclusão é necessária uma participação em conjunto de toda a comunidade, não deixando apenas como responsabilidade do professor promover a inclusão, pois o educador precisa de suporte e assistência para desenvolver uma prática mais eficiente dentro de sala de aula.

Portanto, conforme foi possível perceber, as leis e acordos firmados constituem um apoio fundamental que dão ao aluno com deficiência a garantia de inclusão no ensino regular. Contudo, mesmo com todos esses avanços normativos, em pleno século XXI, pode se ver um sistema de ensino fragmentado e que não provovem a inclusão de fato, como vimos na escola observada. Ademais, a

experiência vivenciada demonstra que muitas ações bem-intencionadas podem ratificar o capacitismo dentro da sala de aula. Isso ocorre principalmente quando colocamos nosso aluno para realizar tarefas não condizentes com a sua real capacidade. Ou seja, quando não existe um diagnóstico adequado para identificar o nível de conhecimento e potencialidades do aluno, é comum que o aluno seja subestimado com atividades sem intencionalidade, como pinturas e desenhos desconexos do conteúdo abordado, sendo essa atividade apenas para distrair o aluno, enquanto a turma avança, o aluno com deficiência se mantém à margem do processo de ensino-aprendizagem. No entanto, muitas vezes essas atitudes por parte do educador se dão, não por falta de interesse, mas por vezes, lhe falta conhecimento. Ele não sabe, ou não consegue reconhecer no aluno a capacidade de aquisição de aprendizado. Também não está capacitado a desenvolver metodologias para envolver o aluno com deficiência. Por isso que a inclusão é a valorização, o respeito e aceitação da deficiência do aluno.

Outro objetivo investigado e respondido tendo como base a vivência no período de atuação como cuidadora de aluno com deficiência, foi identificar desafios que o professor se depara diariamente no ensino regular inclusivo, sendo alguns deles: formação inicial insuficiente, falta de formação continuada, falta de apoio pedagógico material e humano, entre outros.

Por fim, vários são os obstáculos no processo de inclusão dos alunos com deficiência nas instituições de ensino regular. Apesar do conceito de capacitismo ser algo recente, as atitudes discriminatórias são antigas e se refletem na escola através do processo histórico da Educação Inclusiva. Deste modo, fica evidente a real necessidade de uma mudança de postura por parte das escolas, dos professores e de toda comunidade em geral na valorização e aceitação dos alunos com deficiência como potencialidade e não como obstáculo para garantir o processo de ensino-aprendizagem.

4 REFERÊNCIAS

BARRETO, Cláudia S. G; REIS, Marlene Barbosa de Freitas. Educação inclusiva: do paradigma da igualdade para o paradigma da diversidade. **Revista Polyphonia**, v. 22, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/download/21207/12435/89157>

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social**. Lei nº 7.853/89, de 20 de outubro de 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm Acesso em: 26 Ago 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. **Política Nacional de Educação Especial, Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10502.htm

BRASIL. Senado Federal. **Constituição Federal** (Texto compilado até a Emenda Constitucional nº 97 de 04/10/2017). Título VIII - Da Ordem Social, Capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I - Da Educação. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_04.10.2017/art_208_a_sp

CAPELLIN, Vera Lúcia Messias Fialho; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da Educação Inclusiva. **Educação**, v. 32, n. 3, p. 355-364, 2009.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa Leticia Kempfer; LOPES, Paula Helena. **Estudos da deficiência: antipacitismo e emancipação social**. Curitiba: CRV editora, 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**. O que é? Por quê? Como se faz? 2.ed. São PAULO: Moderna, 2006.

MARCHESAN, Andressa; CARPENEDO, Rejane Fiepke. **Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência**. Trama, v. 17, n. 40, p. 56-66, 2021.

MELLO, Leticia Pugiali; CABISTANI, Luiza Griesang. Capacitismo e lugar de fala: Repensando barreiras atitudinais. **Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul**, n. 23, p. 118-139, 2019.

MOREDA, Nathalia Santana. **Capacitismo**: o preconceito contra pessoa com deficiência. *Semana da Diversidade Humana*, v. 4, n. 5, 2021.

OLIVEIRA, Sonia Alves dos Anjos. Educação especial e inclusiva: o papel do professor na Educação Inclusiva. **Exatt Educacional**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 30, 2020.

SAMPAIO, Cristiane T.; SAMPAIO, Sônia Maria R. **Educação inclusiva**: o professor mediando para a vida. Salvador: EDUFBA, 2009.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SILVA, Ana Paula Mesquita da; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. O papel do professor diante da inclusão escolar. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, São Paulo, v. 5, n. 1, 2014.

STRACK, Telma Aparecida Messias. **Assumindo a Diversidade na Escola Inclusiva**. Ponta Grossa: Caderno Pedagógico, 2008.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>

VENDRAMIN, Carla. Repensando mitos contemporâneos: o Capacitismo. **Simpósio Internacional Repensando Mitos Contemporâneos**, 2019. Disponível em: <<https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/simpac/article/view/4389>>. Acesso em: 22 ago 2021.